



Presidente **p.2**
As dez pragas socialistas



PSD **p.14**
Conselho Nacional
aprova por unanimidade
linhas gerais
do programa eleitoral

POVO LIVRE



nº 1884
15 de Julho de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

COMPETITIVIDADE



O Primeiro-Ministro visitou os edifícios centrais do Parque Tecnológico de Óbidos, 11 de Julho

Debate do “Estado da Nação”

As dez pragas socialistas



A desorientação política é uma ameaça colectiva e a nunca fará dos portugueses cobaias de experiências políticas. Na abertura do debate do “Estado da Nação”, na Assembleia da República, dia 8, o Primeiro-Ministro advertiu que o “zigzague, a desorientação política nos propósitos e nos meios, continua a ser uma ameaça colectiva para nós. Na Europa e no mundo enfrentamos inúmeras incógnitas e incertezas. Sabemos que é assim. Ora, o pior que se pode fazer nessas circunstâncias é somarmos a elas a nossa própria incerteza e desorientação”, afirmou. Passos Coelho entende que é preciso manter “objectivos bem definidos e uma abordagem realista, prudente e inteligente”. “Pela nossa parte, nunca faremos dos portugueses cobaias de experiências políticas nem instrumentos para obter este ou aquele pergaminho”.

O líder do Executivo alertou para “as consequências da irresponsabilidade, da ligeireza política e da distração ideológica” e insistiu que é preciso “firmeza estratégica”. Quanto ao próximo ciclo político, apontou como desafio e ambição “criar muito mais” emprego, “mais trabalho com qualificações e mais bem remunerado”. Neste ponto, fez uma referência aos emigrantes mais recentes: “Temos de criar ainda mais postos de trabalho para dar oportunidades a todos os portugueses, incluindo àqueles que, tendo saído do país, não nos últimos quatro anos, mas nos últimos dez, querem agora regressar”.

Na sua intervenção, Passos Coelho alegou que o Governo realizou o maior programa de reformas da democracia portuguesa e seguiu uma estratégia que levou à conclusão do programa de resgate e à recuperação económica do país com consolidação das contas públicas, sem a ajuda dos partidos da oposição. De acordo com o Primeiro-Ministro, “foram todos os portugueses que, independentemente das suas convicções políticas, nunca desistiram”, mas essa “determinação do povo português para dar a volta às dificuldades não foi, infelizmente, acompanhada pelas



oposições”. “Não pudemos, infelizmente, contar com as oposições para obter estes resultados e talvez por isso as oposições se ressentam deles”, reforçou, sugerindo: “Talvez preferissem estar ainda hoje a discutir o programa de assistência, e os segundos resgates, ou até os programas cautelares”.

No plano europeu, Passos Coelho reclamou que o Governo reestabeleceu a confiança em Portugal através do “princípio da responsabilidade nacional, sem o qual não

há união na Europa”. “Não quisemos ser joguetes do que fosse decidido fora das nossas fronteiras”, afirmou. A este propósito, Passos Coelho criticou, em particular, o PS: “Se não tivéssemos abraçado o princípio da responsabilidade nacional, como tantas vezes aqui no parlamento o principal partido da oposição rejeitou, estaríamos agora a enfrentar carências muito graves, desequilíbrios muito sérios, e com toda a certeza ainda estaríamos a tentar cumprir sucessivos programas de assistência externa”.

Recorrendo a uma “imagem bíblica”, o Primeiro-Ministro referiu-se às “dez pragas socialistas” sobre as consequências da acção dos governos PS entre 2005 e 2011: “As dez pragas da herança socialista”: as obras faraónicas como o TGV, as Parcerias Público-Privadas (PPP) no sector rodoviário, as contas desequilibradas com os sucessivos PEC [Programas de Estabilidade e Crescimento], as enormes desigualdades sociais geradas pelo pedido de resgate de Portugal, os défices orçamentais gigantescos, os défices externos dramáticos, o desgoverno no sector empresarial do Estado (SEE), a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), o défice tarifário da electricidade, o endividamento galopante “a atingir os 20 pontos percentuais” e um desemprego estrutural acima de 10 por cento. “Já agora, o PS fala em vergonha das privatizações. Mas digolhe que o encaixe financeiro feito nesta legislatura atingiu o dobro daquele que estava previsto pelo último Governo socialista”, acrescentou o líder do Executivo.

O Primeiro-Ministro classificou como “risível” a referência de Ferro Rodrigues à sua conduta no caso grego e desafiou o líder da bancada do PS a comentar antes as afirmações públicas que têm sido proferidas por primeiros-ministros e ministros das finanças socialistas europeus a propósito das negociações entre as instituições europeias e o executivo de Atenas.

Governo seguiu a estratégia mais acertada para proteger os portugueses

Está demonstrado que o Governo seguiu a estratégia mais acertada para proteger os portugueses e que agora o que se discute é quanto vai a economia crescer. “Com tudo o que entretanto se passou, sabemos que a estratégia que seguimos, de rigor, de crescimento e de credibilidade foi a mais acertada”, declarou o chefe do Executivo. “Foi a mais acertada, não segundo critérios de política partidária, não segundo cartilhas ideológicas que ignoram a realidade e os problemas concretos das pessoas. Foi, sim, a estratégia mais acertada para proteger os portugueses nas suas vidas quotidianas”, acrescentou Passos Coelho. O Primeiro-Ministro lembrou que a governação dos últimos quatro anos preparou Portugal “para resistir às contingências que o futuro pudesse trazer” e conduziu a “um horizonte de mais prosperidade, de mais equidade e de mais justiça”.

Passos Coelho admitiu que se possa “discutir se é mais optimista ou menos optimista” esse horizonte, mas reclamou que neste momento “a discussão em Portugal já não é o crescimento do desemprego, o tumulto financeiro, a insegurança das poupanças, o desaparecimento de empresas e sectores de actividade”. “A discussão, bem diferente, agora é: Quanto é que vai a economia crescer? Qual o ritmo de descida do desemprego? Que aceleração terá a inovação na nossa economia? A que velocidade



serão removidas todas as medidas que nos foram forçadas pela violência da emergência nacional que atravessámos? Esse é um facto indesmentível da realidade portuguesa”, sustentou.

Maioria critica “falsas profecias” do PS

Os partidos da maioria concluíram no debate do “Estado da Nação” que o país está hoje melhor do que há quatro anos, criticando os que consideraram ser as “falsas profecias” do PS. O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, começou por questionar: “Como está Portugal hoje e como estaria se a oposição e o PS tivessem governado o país desde 2011?”

O deputado social-democrata disse que a coligação PSD/CDS-PP permitiu estabilidade, retoma económica, descida do desemprego e a reforma do país e garantiu a sustentabilidade dos sistemas públicos. Com um Governo PS, afirmou Luís Montenegro, “a ‘troika’ ainda cá estava, os pacotes de austeridade viriam a cada trimestre ou semestre e as facturas continuavam a acumular-se para serem pagas

para quem viesse a seguir”. “O que vos disse traduz não só o que trouxe a nação até aqui, como identifica de forma cristalina os dois caminhos que a nação pode percorrer no futuro”, afirmou Luís Montenegro.

“Responder à questão ‘Como estamos hoje com quatro anos de governação desta maioria e como estaríamos com um governo socialista?’ é na verdade responder também à questão ‘Como queremos estar daqui a outro quadriénio?’”, alertou.

Em tom de balanço de mandato, o líder parlamentar

sublinhou que “o PSD encara o futuro com muita confiança”, assegurando que a coligação apresenta-se aos portugueses nas eleições legislativas do final do verão de “cara levantada”, depois de quatro anos de trabalho dos quais tem “muito orgulho”, sendo aplaudido de pé pelos deputados da coligação.

Luís Montenegro defendeu também que os partidos da oposição também estão em julgamento no debate do “Estado da Nação” ao terem “falhado redondamente” as suas previsões, que colocariam Portugal como a Grécia. “Nestes anos houve em Portugal quem tivesse dito que

as metas a que nos propusemos não iam ser alcançadas e que, por isso, devíamos ter pedido mais tempo e mais dinheiro”, começou por afirmar Montenegro, argumentando que “esses foram os mesmos que quiseram dizer ao país que ia ter necessidade de ter um segundo resgate, que a economia iria entrar numa espiral recessiva”.

“Esses também estão em julgamento hoje, porque o ‘Estado da Nação’ é o estado do país, dos portugueses, e é a avaliação daquilo que faz o Governo, os partidos da maioria e também os partidos da oposição. E os partidos da oposição falharam e falharam redondamente todas as suas profecias para Portugal”, acusou. “Acaso não tivessem falhado, talvez nós tivéssemos hoje em Portugal os bancos fechados, talvez em Portugal tivéssemos hoje as pessoas em fila no multibanco para acederem às suas poupanças, acaso não tivessem falhado, se calhar os pensionistas portugueses teriam dúvidas se iriam receber suas pensões, mas essa realidade não é a realidade portuguesa”, acrescentou.

No debate do “Estado da Nação”, Luís Montenegro salientou que a oposição falhou porque “a realidade portuguesa é bem diferente”. O líder parlamentar do PSD acusou ainda o maior partido da oposição de falar de pobreza sem reconhecer que “a mãe e o pai da pobreza é o défice, a dívida, o investimento público faraónico, é a despesa pública incontrolada”. “Hoje os portugueses podem encarar futuro com mais esperança, podem mesmo perspectivar que vão ultrapassar as principais dificuldades que sentem no dia-a-dia, porque o cresce de forma sã, há oportunidades de emprego”.

Na sua intervenção, o deputado do CDS Telmo Correia resumiu o entendimento dos partidos que sustentam o Governo: “Estamos ou não melhor do que há quatro anos? A resposta é sim. Os deputados da oposição dizem que não, mas a verdade é que sim”. Enumerando que hoje há mais empresas a abrir do que fechar, que o “turismo e as exportações batem recordes”, o dirigente democrata-cristão reiterou: “Sim, estamos melhor do que há quatro anos”, sendo aplaudido de pé pelos deputados do PSD e do CDS-PP.





Aproveitando as imagens bíblicas que foram usadas no debate desta tarde, tanto pelos socialistas como pelo primeiro-ministro, Telmo Correia preferiu referir-se aos “sete erros colossais” do PS: pré-bancarota em 2011, chamada da ‘troika’ a Portugal, “nunca foi capaz de resolver problemas”, “fez previsões erradas”, “pedia mais tempo e mais dinheiro”, “colou-se ao Syriza” e “agora quer colar Portugal à Grécia”. O deputado democrata-cristão disse que “alguns destes sete pecados serão veniais”, mas afirmou que “são fatais para a credibilidade do PS. Fatais para um partido que nunca foi capaz de emendar a mão sobre os seus próprios erros.” “O PS descobriu agora os sete pecados da maioria. Eu digo-vos e digo aos portugueses: Desconfiai dos falsos profetas”, afirmou.

Venda do Novo Banco não porá em causa empréstimos do Tesouro

Pedro Passos Coelho afirmou não ter nenhuma razão para supor que a venda do Novo Banco possa pôr em causa a estabilidade do sistema financeiro ou os empréstimos realizados pelo Tesouro. “O Banco Espírito Santo foi resolvido sem custo para os contribuintes”. E reiterou: “Não tenho nenhuma indicação particular quanto ao resultado dessa operação, mas não tenho nenhuma razão para supor que ela, nesta altura, possa pôr em causa os interesses da estabilidade do sistema financeiro ou mesmo dos empréstimos que foram realizados pelo Tesouro para a constituição desse fundo de resolução”.

Acelerar a criação do Fundo Monetário Europeu

A acelerar a criação de um Fundo Monetário Europeu para aprofundar o princípio da responsabilidade comum na zona euro, sem esperar pela próxima crise sistémica, é uma prioridade. De qualquer forma, “Caminhamos para

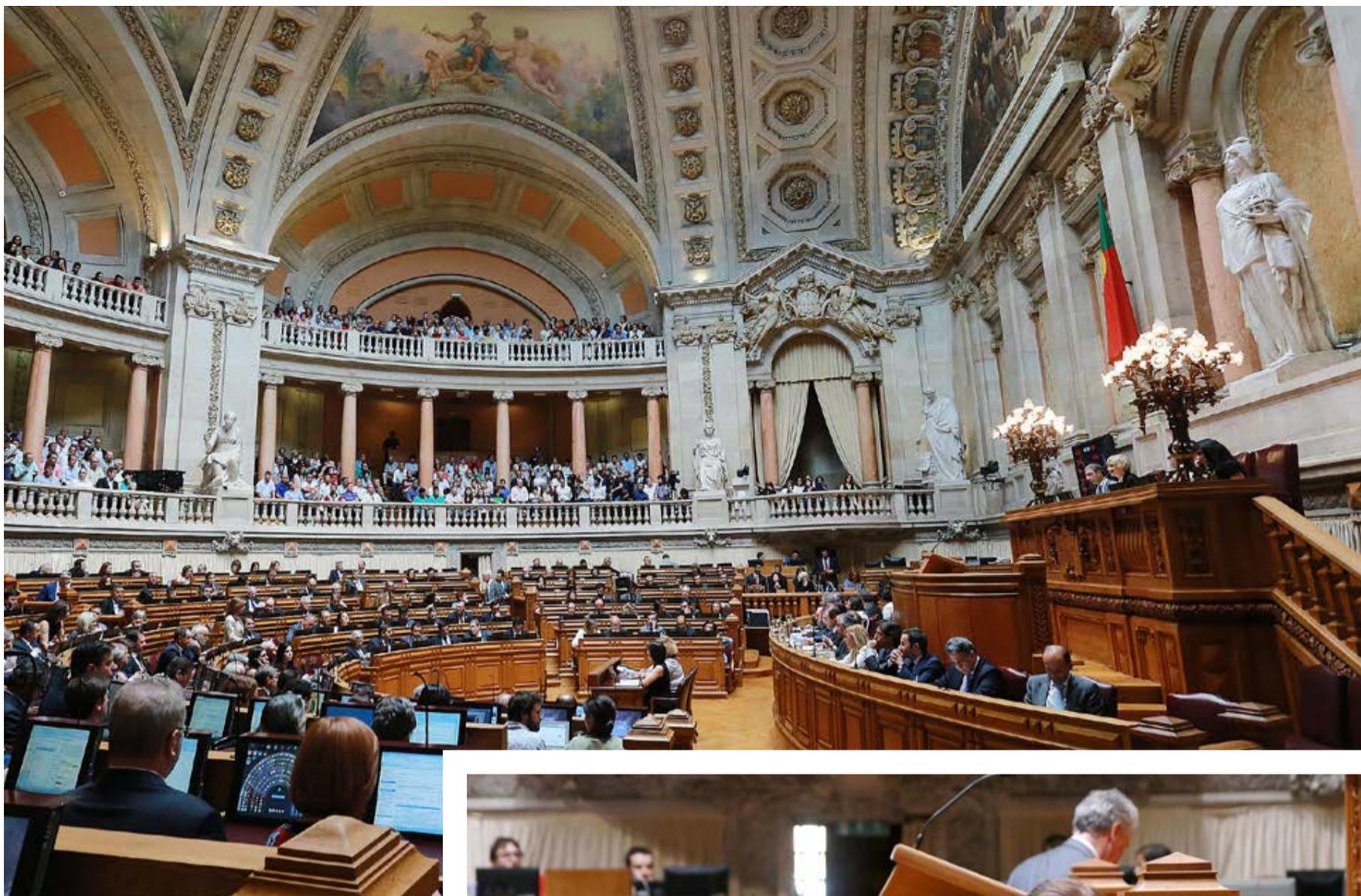


uma solução desse tipo. E uma questão de tempo. Um tempo que devemos acelerar, até pelo momento em que vivemos”, sublinhou Pedro Passos Coelho. “Não só por causa da situação que se vive na Grécia, mas também porque o conjunto da zona euro vive hoje uma recuperação económica que não conhecia há muito tempo. E é nestes momentos de recuperação que devemos reparar as lacunas institucionais que ainda subsistem. Não devemos aguardar pela próxima crise sistémica para acudir às dificuldades”.

Passos Coelho introduziu este tema no seu discurso manifestando “uma confiança renovada” na União Europeia porque, no seu entender “a Europa gradualmente avança para regras e instituições alicerçadas no princípio da responsabilidade comum”, que tem de coexistir com “o princípio da responsabilidade nacional”. “As reformas que defendemos para a união monetária correspondem a esse aprofundamento e a essa institucionalização. Visam atender aos desafios que são efectivamente comuns, sem saltos no escuro e com realismo. O Fundo Monetário Europeu que propus às instituições europeias e aos nos-

sos parceiros, com as funções de estabilização financeira e de amortecimento de crises económicas, é um pilar central de um euro que seja um espaço de convergência de liberdade e das possibilidades económicas dos vários países”, acrescentou.

De acordo com Passos Coelho, um Fundo Monetário Europeu “é o interlocutor na definição de políticas na zona euro de que o Banco Central Europeu precisa”. O Primeiro-Ministro português reiterou a opinião de que se avançou “muito consideravelmente no robustecimento das estruturas da União Económica e Monetária” nos últimos quatro anos. “Mas precisamos de fazer mais. A reforma que propus deve ser um projecto europeu mobilizador. Deve constituir a oportunidade para recuperar as promessas do projecto europeu no seu conjunto: promessas de segurança económica, liberdade cívica e convergência real das possibilidades económicas de todos os povos europeus. Deve representar a oportunidade para responder às forças centrífugas que hoje ameaçam esse projecto e à interrogação que caiu sobre a Europa dos cidadãos”, frisou.



Maioria garante que vai haver “vida além do défice”

O vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, afirmou que é a maioria e não a oposição que transporta a legitimidade de mudança de uma próxima legislatura com “vida para além do défice” e que o estado social sairá reforçado. “Alguém que muito estimo disse um dia ‘há mais vida para além do défice’. Verdade. Com o défice controlado, os primeiros sinais já aí estão, o pressentimento que estamos a melhorar já aí é evidente e a próxima legislatura vai demonstrá-lo cabalmente. Olhemos com confiança os dias que estão à nossa frente”, afirmou Paulo Portas, citando Jorge Sampaio. No discurso de encerramento do debate do “Estado da Nação”, o vice-primeiro-ministro citou o antigo Presidente da República portuguesa, mas também o autor de “O Capital” e co-autor do Manifesto Comunista, Karl Marx, na sua célebre citação sobre a repetição da história, primeiro como tragédia e depois como farsa. “O próprio estado social, livre do seu maior inimigo, que é o estado falido, não poderá senão sair reforçado. A próxima legislatura, aliás, será social ou não será. Os resultados que os portugueses conseguiram nesta legislatura dão-lhes esse direito, a essa mudança de horizonte no país e nas suas expectativas de vida”, defendeu. Portas considerou que, “neste sentido, é a maioria que transporta a legitimidade desta mudança, pela garantia de realismo que pode oferecer e porque a solidariedade nunca foi monopólio da esquerda. Segundo Paulo Portas, “no final desta legislatura fica claro algo que alguns não conseguem explicar”, que a “mudança mudou de campo”, porque “tradicionalmente, o Governo é continuidade e a oposição promete mudança”.

“O facto de termos vivido em excepcionalidade e de a termos vencido como país permite aos portugueses, com estabilidade, fazer o caminho para quatro anos que já não serão excepcionais, mas sim normais, precisamente a normalidade e previsibilidade que o resgate e os credores nos tiraram. (...) E permite às famílias, com os pés assentes na terra, encarar o futuro de outra forma, pensar menos nas restrições e mais na recuperação, com uma atitude bem mais positiva e bem menos angustiada, mobilizando e não adiando projectos de vida, exactamente o que o



memorando, as suas causas e os seus responsáveis tantas vezes deixaram em suspenso a tanta gente”, sublinhou. Portas criticou longamente o PS, que acusou de nunca ter feito um ato de reconhecimento de responsabilidade da crise e do pedido de ajuda, mas que também se enganou na inevitabilidade do segundo resgate e de um programa cautelar. “O Governo revelou estar basicamente certo e o PS basicamente errado”, sintetizou.

No final do debate, a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, apesar de ainda estar marcado outro plenário, enalteceu o “esforço colectivo desenvolvido por deputados e membros do Governo”, numa das legislaturas “mais difíceis de sempre”. Este foi o último debate político da sessão legislativa antes das férias parlamentares - e, este ano, da legislatura.

Emprego e tratado orçamental foram os destaques no debate de 2014

No debate parlamentar do “Estado da Nação” de 2 de Julho de 2014, o Primeiro-Ministro propôs um compromisso nacional para o emprego e questionou o PS, então liderado

por António José Seguro, sobre a sua posição perante o tratado orçamental europeu. Pedro Passos Coelho começou o debate do ano passado declarando pretender construir em Portugal uma sociedade de pleno emprego, e propôs na Assembleia da República que este objectivo fosse assumido como um compromisso nacional. No que refere à economia, Passos Coelho manifestou “preocupação” face às posições do PS quanto às regras europeias sobre estabilidade orçamental. “De cada vez que se fala na flexibilidade, na renegociação, está-se a dar uma machadada na credibilidade dos instrumentos de estabilização económica e financeira na Europa”, defendeu o Primeiro-Ministro, em resposta a um pedido de esclarecimento do PSD, no debate sobre o “Estado da Nação”. Passos Coelho convidou então o PS a esclarecer se estava ou não “de acordo com a manutenção das regras que permitiram à Europa afastar qualquer prenúncia de falência do euro e de pré-falência da União Europeia”. “Está ou não está o Partido Socialista convicto hoje como estava quando ratificou o tratado orçamental de que sem disciplina das finanças públicas não é possível partilhar uma mesma moeda? Está comprometido com as regras desse tratado e que foram transportadas para a nossa lei de enquadramento orçamental”, questionou, dirigindo-se ao então líder do maior partido da oposição, António José Seguro.

6.º CONGRESSO NACIONAL ECONOMISTAS

Portugal na Enxurrada da
As Empresas e o Futuro da Eco

8 e 9 de Julho de 2015, Fundação Calouste Gulbenkian

Portugal concluiu um programa “quase impossível”



Portugal tem autoridade dentro da zona euro, porque concluiu um programa de resgate “quase impossível”, que tinha metas orçamentais “incumpríveis”, tendo estado à beira de “uma falência de crédito”. Numa intervenção no encerramento do 6.º Congresso dos Economistas, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, 9 de Julho, Passos Coelho afirmou que várias vezes se sentiu “muito próximo do abismo”, isto é, “de não conseguir alcançar os resultados que eram indispensáveis a Portugal”. O chefe do Executivo apontou, em particular, as metas fixadas para a redução do défice: “Na verdade, estes objectivos eram incumpríveis. Nenhum destes objectivos era alcançável pelos meios naturais que estavam previstos no programa de ajustamento”. “Os objectivos orçamentais eram absolutamente irrealistas e só foram cumpríveis em 2011, como se recordam, graças a medidas de carácter absolutamente extraordinário”.

O programa de resgate “foi sendo flexibilizado nas suas metas, à medida que o país foi mostrando capacidade para cumprir a suas responsabilidades e os seus compromissos”. Passos Coelho considerou que já havia “alguma distância” para poder fazer esta análise retrospectiva, embora “com a liberdade condicionada” de quem é Primeiro-Ministro.

Em seguida, sustentou que, em 2011, Portugal era o país da União Europeia com maiores desequilíbrios e ao qual foram fixados, no respectivo programa de resgate, objectivos “muito mais exigentes” do que, por exemplo, à Irlanda.

O Estado português teve de “fazer um ajustamento orçamental de cerca de 23 mil milhões de euros nestes três anos, representando cerca de 10 por cento do Produto Interno Bruto (PIB)”, referiu. “Por que é que aceitámos cumprir estes objectivos? Percebendo que

nenhum destes objectivos era alcançável dentro de políticas como aquelas que estavam previstas, a alternativa era requerer um segundo programa para Portugal, antes sequer de iniciar o primeiro”, alegou.

Como outra adversidade, Passos Coelho apontou o facto de as necessidades de financiamento do Sector Empresarial do Estado, “entre 25 mil e 30 mil milhões de euros”, terem ficado de fora do programa de resgate, com o consequente impacto no crédito bancário.

Para o Governo, tornou-se “muito claro no verão de 2011” que se aproximava “uma insuficiência de crédito que motivaria uma recessão muito maior do que aquela que poderia estar prevista no memorando”, adiantou. “Em parte isso aconteceu, em parte isso foi amortecido por nós termos conseguido duas metas que não estavam inicialmente fixadas: conseguir regressar a financiamento de mercado mais cedo, beneficiando de condições de financiamento mais favoráveis para o conjunto da economia, e pelo programa de privatizações muito bem-sucedidas que permitiram um encaixe financeiro significativo”, prosseguiu.

De acordo com Passos Coelho, “só pela conjugação destas duas razões foi possível impedir uma falência de crédito na economia portuguesa nestes anos”. “Fizemos aquilo que parecia impossível, com uma dor que não era objectivamente parte de qualquer outro programa que tivéssemos executado”, concluiu, argumentando que “é muito diferente consolidar com inflação e com moeda, ou fazê-lo através de redução nominal de salários, de pensões ou de outros rendimentos”. “Isso foi feito, evidentemente, porque o custo alternativo de falhar era demasiado elevado”, reiterou. Numa alusão à situação da Grécia, acrescentou: “As alternativas àquele que foi o nosso caminho estão hoje aos olhos de todos

bem esclarecidas”.

O Primeiro-Ministro referiu as decisões do Tribunal Constitucional contrárias a medidas acordadas com a ‘troika’ como outro factor que tornou “quase impossível” cumprir o programa de resgate.

No final da intervenção, insistiu que é preciso acelerar a construção de uma “verdadeira união financeira” para “amortecer choques assimétricos” na zona euro: “Julgo que esta é aquela parte que nós hoje podemos reclamar com autoridade, na medida em que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para não colocar em perigo a zona euro, por um lado, e por outro lado, para não conduzir para o precipício financeiro a vida dos portugueses”, defendeu.

Execução orçamental apresentada mensalmente em contas nacionais

O Governo aprovou um decreto de lei para que a execução orçamental da Administração Pública passe a ser apresentada todos os meses em contabilidade nacional, a que conta para Bruxelas, em vez de pública. “Hoje aprovámos em Conselho de Ministros um decreto de lei que visa dotar a Administração Pública de instrumentos de natureza contabilística que lhe permita, da mesma forma, traduzir a situação financeira, patrimonial e execução em contabilidade pública em simultâneo”, anunciou o Primeiro-Ministro.

O chefe de Governo falava no 6.º Congresso dos Economistas, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e explicou que com este decreto de lei, num horizonte “que poderá ir até cinco anos”, será possível “dispor de execução orçamental mês a mês não

em contabilidade pública, mas em contabilidade nacional". Para o Primeiro-Ministro, o decreto de lei aprovado hoje representa uma "transformação significativa aliada à lei dos compromissos" que altera "o regime financeiro do próprio Estado". "Isso é significativamente importante para toda a economia, porque como sabemos quando o Estado não é disciplinado em termos financeiros, normalmente são os cidadãos que o pagam através dos impostos, ou de um modo geral através de piores condições para o crescimento da economia", afirmou Pedro Passos Coelho.

Ora, a execução orçamental das Administrações Públicas é divulgada mensalmente pela Direcção-Geral de Orçamento (DGO) em contabilidade pública, tendo em conta o registo da entrada e saída de fluxos de caixa. Mas a meta do défice reportado a Bruxelas é apurada em contabilidade nacional, a óptica dos compromissos, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O que acaba por acontecer é que é possível saber como vai a administração pública em contas públicas apenas com um mês de atraso (por exemplo, a DGO divulga este mês a execução referente a Junho), mas o valor do défice em contabilidade nacional apenas é conhecido com um espaçamento maior.

Demografia, desemprego e segurança social são desafios

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro apontou a inversão da actual situação demográfica, a redução do desemprego estrutural e a correcção do "profundo desequilíbrio" da segurança social como desafios dos próximos anos. Passos Coelho considerou também que vai ser preciso reduzir mais a despesa pública primária, e que isso "ainda exigirá uma boa discussão" em Portugal.

Nessa medida, é preciso igualmente resolver o "problema das carteiras dos bancos", fazendo uma "inflexão" do financiamento do sector imobiliário para a economia produtiva, para evitar "um desastre económico lá mais para a frente", mas no seu entender "isso tem vindo a ser resolvido". Referindo-se à pirâmide etária portuguesa, Passos Coelho afirmou que "o país não será sustentável se a actual demografia se mantiver" e que são necessárias políticas "mais consistentes" para "inverter a actual situação", aumentando a proporção de população jovem. "Isso tem um reflexo também nos sistemas previdenciais. Claro que nós sabemos que hoje o profundo desequilíbrio dos sistemas previdenciais não resulta apenas do aspecto demográfico. Está também relacionado com a evolução dos salários e, portanto, também do emprego".

Portugal tem "um problema de desemprego estrutural muito elevado, situado acima de 10 por cento há vários anos", prosseguiu, concluindo: "Ora, se este pressuposto se mantiver, nenhuma reforma das que foi realizada em Portugal na última década e meia terá pressupostos realistas para se poder manter".

De acordo com Passos Coelho, a situação da segurança social é a seguinte: "A dívida implícita dos sistemas previdenciais, quando tomamos o horizonte de 2060 ou de 2075, é já hoje significativa, não inferior a 80 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), e provavelmente muito próxima de 180 por cento do PIB - depende de outros pressupostos que possam ser tidos em conta". "Estes dados estão publicados através do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério Solidariedade e representam uma visão do profundo desequilíbrio previdencial que temos, e que merece uma correcção tão rápida quanto possível, e que só pode ser feita, evidentemente, respondendo ao problema estrutural: uma parte dele do lado da demografia, outra parte do lado económico", acrescentou.

Passos Coelho insistiu que esse "é um desafio muito relevante" e que, "quanto mais depressa e de uma forma mais alargada puder ser respondido, melhor para todos".

O Primeiro-Ministro sustentou que "a despesa primária estrutural ainda vai ter de baixar", porque "são esses os desígnios do próprio Pacto Orçamental" e é

essa "a exigência dos bolsos dos contribuintes". Quanto à situação da banca, alegou que actualmente Portugal tem um "sector financeiro oxigenado", mas não foi possível ainda reverter a dimensão que o financiamento ao sector da habitação e do imobiliário tem, desde "1997, ou 1996, ou 1995", face ao investimento na economia produtiva. Concluiu Passos Coelho: "Está bem de ver que, se não formos capazes de inverter esta situação, não teremos economia produtiva e teremos um desastre económico lá mais para a frente, mas creio que há condições para ir fazendo essa inflexão. O problema das carteiras dos bancos era demasiado grande para poder ser resolvido de uma assentada, mas creio que tem vindo a ser resolvido a um ritmo que é consistente com a preservação da estabilidade financeira, e sem o recurso a financiamento externo mais avultado".



Pedro Passos Coelho no encerramento do II Congresso das Empresas e das Actividades Económicas

Estabilidade política



Portugal precisa de ter nos próximos anos “estabilidade” a nível político e estratégico, e não “zigzagues experimentalistas” nesse nível e também no plano económico. “Estaremos à prova nos próximos anos para saber se o que nos aconteceu nos últimos quatro foi um acaso ou um resultado da nossa determinação”, afirmou o chefe do Governo, mostrando-se firme na defesa da segunda opção e advogando que, mesmo com Portugal já fora do resgate da ‘troika’, não será “menos importante ter essa estabilidade de orientação política e estratégica”. Passos Coelho discursava em Lisboa, na sessão de encerramento do II Congresso das Empresas e das Actividades Económicas, organizado pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e alertou para as oportunidades no plano europeu que o país deve aproveitar, não obstante alguma incerteza em torno da união monetária. “Estamos a olhar para as oportunidades que se nos oferecem. O contexto europeu, apesar da incerteza que ainda se tem vivido na zona euro, tem trazido (...) oportunidades que não são nada negligenciáveis, que nos ajudam significativamente a descer os custos de financiamento para a nossa economia, por um lado, e que podem trazer financiamento que de outra maneira poderíamos não aceder para algumas infra-estruturas, nomeadamente na área energética”, vincou o chefe do Governo.

E acrescentou: “Se andarmos a brincar aos governos ou à campanha eleitoral durante mais dois anos em Portugal, essas oportunidades não serão aproveitadas, serão totalmente desperdiçadas. E não vale a pena estarmos a recriminar-nos porque não tivemos a presciência de perceber a importância de termos soluções firmes, estáveis, e que possam ao mesmo tempo permitir uma recuperação gradual mas consistente da nossa economia”.

Passos Coelho disse ainda ser necessário nos próximos anos uma “arbitragem inteligente e equilibrada entre o desagravamento fiscal” e o reembolso da dívida do país, e se tal não for feito poderá estar criada uma situação de “maior pressão” novamente sobre Portugal.

Nos próximos anos, o país, reforçou, deverá usar “toda

a margem” pelo crescimento da economia nesse sentido. “Se não o fizermos, daqui a dois ou três anos estaremos, quando desaparecerem estas condições excepcionais [a nível europeu], numa situação outra vez de maior pressão. E numa altura de maior pressão, quem está mais apertado, fica sempre com menos margem de manobra”, advogou.

Portugal vai estar portanto “à prova”, mas Passos Coelho acredita que Portugal melhorou devido à “determinação” do país e os próximos anos, portanto, trarão “melhores e mais boas notícias” se se mantiver o rumo. O chefe do Governo dirigiu-se aos responsáveis da CIP, nomeadamente ao seu presidente, António Saraiva, para indicar que o executivo não deixará de ter em “boa conta” as conclusões do encontro da entidade “em termos de projecção para o futuro de linhas de política pública que deverão ser seguidas”.

Por outro lado, Passos Coelho declarou que é uma “ilusão” considerar que a reforma do Estado traz “profundas” poupanças orçamentais. “Mais de dois terços da despesa pública concentram-se justamente nas prestações sociais e nos salários”. Passos Coelho falava em Lisboa, dia 10, na sessão de encerramento do II Congresso das Empresas e das Actividades Económicas, organizada CIP, esclareceu que “Não vale a pena contornar esta discussão”, na medida em que “nenhum governo pode ir contra a Constituição”.

Para o chefe do Governo, pode haver, nesta matéria, uma discussão sobre se se substituem mais “funcionários públicos que se aposentam por novos funcionários” e dessa forma obter um “controlo maior sobre a despesa salarial”, mas não se pode ir “além disto”. “A ideia que podemos fazer grandes reestruturações no Estado poupando nos salários não existe. Não vale a pena. A não ser que mudem a Constituição”, sublinhou. Qualquer confrontação constitucional nesta matéria, disse posteriormente Passos Coelho, não adiantaria “nem segurança jurídica nem confiança para as políticas” a produzir nos próximos anos.

Na sua intervenção, o líder do Executivo abordou matérias como a reindustrialização da economia portuguesa, a

governança das empresas, o contexto europeu e as oportunidades do mesmo para Portugal, e a reforma do Estado.

Na sexta-feira, o Primeiro-Ministro recebeu, em audiência, o secretário da Energia dos Estados Unidos América, Ernest Moniz, na residência oficial, em Lisboa. Ernest Moniz, que integra as negociações do programa nuclear do Irão, elogiou o trabalho que Portugal está a fazer em matéria de crescimento verde, enaltecendo a “ambição” demonstrada nesta área. Na conferência “Os novos desafios da Energia”, na Fundação Calouste Gulbenkian, Ernest Moniz, que é descendente de portugueses, adiantou que o departamento da Energia que lidera está a “trabalhar no duro” no dossiê das alterações climáticas, que será o objecto da Cimeira do Clima em Paris, que se realizará no final do corrente ano. Para o físico, a chave da mudança está na inovação tecnológica, permitindo a redução de custos, admitindo estar “optimista” numa solução global para uma revolução da energia limpa, que integre tanto os países em desenvolvimento como os países industrializados. Neste ponto, o secretário da Energia realçou o papel que os portugueses tiveram nos avanços tecnológicos no que toca à navegação, nomeadamente nas características da caravela, que permitiram os Descobrimientos.

Na sua intervenção na Fundação Calouste Gulbenkian, Ernest Moniz referiu a redução dos custos para a produção de energia limpa e também a revolução tecnológica, dando como exemplo o sudeste dos Estados Unidos, onde não havia vento suficiente, mas os progressos na eólica - turbinas mais altas e mais potentes - fizeram com que essa região entrasse no mapa da produção de energia eólica. “A tecnologia alterou as regras do jogo”, sintetizou. Ernest Moniz foi igualmente condecorado pelo Presidente da República, Cavaco Silva, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e foi convidado para integrar o Conselho da Diáspora Portuguesa. O Presidente da República elogiou a carreira académica, científica e política de Ernest Moniz, considerando “brilhante” o currículo do secretário da Energia norte-americano e destacou a sua participação em questões de relevo para a política externa dos Estados Unidos da América.

Competitividade

Portugal deve tirar partido das oportunidades europeias, para se tornar mais competitivo, o que passa também pela reforma do Estado, para simplificar procedimentos. “Estamos em condições de poder tirar pleno partido das oportunidades que se nos oferecem dentro da Europa, que finalmente está a crescer”, afirmou o Primeiro-Ministro, saudando o facto de estar “praticamente em funcionamento o fundo de Investimentos Estratégicos”, conhecido pelo “Plano Juncker”. Entre este plano e o “Portugal 2020” “temos muitas possibilidades”, dentro da zona Euro, “que oferece hoje condições de maior confiança” e onde as taxas de juro estão “historicamente baixas”.

A estes factores, prosseguiu, juntam-se condições como a baixa dos preços de petróleo, “para que aqueles que sabem o que querem, e que não se distraem com acessórios, se possam preparar melhor” para ciclos económicos “menos favoráveis”. Para isso, “é muito importante que não desperdicemos nenhuma das oportunidades”, defendeu Passos Coelho, para quem “o Estado tem de criar condições para o crescimento da economia portuguesa”.

Nos próximos anos, “temos de nos concentrar muito no Estado”, em o reformar “o suficiente, para que, na sua relação com os cidadãos e as empresas, não seja um empecilho como ainda é, apesar das reformas importantes que fizemos”. “Ainda há coisas que demoram demasiado tempo a decidir e a executar”, admitiu Passos Coelho, adiantando que o Governo vai “reavaliar os procedimentos administrativos” para que estes não se arrastem no tempo e se tornem mais simples.

Pedro Passos Coelho falava dia 11 de Julho, em Óbidos, onde inaugurou os edifícios centrais do Parque Tecnológico, um investimento de cinco milhões de euros, onde estão instaladas cerca de 60 empresas criativas.



“Responder sem hesitações” à desigualdade

Na sessão de encerramento do XI Congresso Nacional do Mutualismo, no Europarque, em Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, o Primeiro-Ministro alertou para a necessidade de “responder sem hesitações” à desigualdade e à pobreza, um “problema de grande envergadura” a que o Governo pretende dedicar-se com as associações do sector social. “Na fase actual de recuperação nacional que estamos a viver, temos gradualmente mais margem de manobra para responder aos desequilíbrios sociais. Temos de responder sem hesitações ao problema da desigualdade e da pobreza. Queremos que o horizonte da prosperidade seja partilhado por todos e não apenas por alguns”, defendeu.

“Trata-se de uma tarefa de grande envergadura a que nos iremos dedicar em conjunto”, acrescentou Passos Coelho, depois de reconhecer o papel das instituições do sector da solidariedade para evitar a “calamidade social” que o “colapso económico de 2011 fazia prever”. De acordo com o Primeiro-Ministro, “nos últimos anos o sector social e solidário foi fulcral no amortecimento da crise junto das pessoas mais vulneráveis”. “Conseguimos preservar a coesão social, apesar das tremendas dificuldades, devido ao trabalho incansável, dedicado e inovador das instituições de

solidariedade”, destacou.

“O colapso económico de 2011 foi de uma envergadura sem precedentes na nossa sociedade democrática. Evitámos uma calamidade social que tudo fazia prever, naqueles primeiros meses de 2011, dada a violência da derrocada financeira, e, para isso, temos de agradecer o trabalho destas instituições”, venceu, destacando o “trabalho de dezenas de mutualidades e da União de Mutualidades Portuguesas”. Passos Coelho apontou ainda a criação, entre 2011 e 2015, de 46 mil postos de trabalho nesta área.

“Cerca de 46 mil portugueses encontraram neste sector um novo projecto de vida profissional”, venceu Passos Coelho. De acordo com o líder do Executivo, esta ligação às instituições está também relacionada com a “alteração do paradigma do Estado Social”, para o tornar “mais próximo dos portugueses”. “Queremos um Estado Social menos burocrático. Por isso, quisemos criar parcerias que permitem um trabalho em rede com instituições mais preparadas para prestar serviço aos mais vulneráveis da sociedade”, disse.

Passos Coelho destacou que o Governo celebrou, com instituições de solidariedade social, “13 mil acor-

dos”. O Primeiro-Ministro salientou ainda o papel que o novo ciclo de fundos comunitários vai ter na área da coesão e inovação social, nomeadamente devido à criação do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego. “Deixaremos de ver os fundos europeus como oportunidades perdidas”, assegurou.

Há neste ciclo de financiamento comunitário, segundo o Primeiro-Ministro, “uma mudança decisiva” relativamente ao “compromisso com a obtenção de resultados”, nomeadamente na área da “inclusão social”. “Os fundos vão ser realmente investidos. Queremos resultados concretos na competitividade da economia”, garantiu. A aposta passa pela inovação. “Cada vez mais a inovação é a chave do crescimento económico. A inovação tem de ser mais acelerada nesta área [social]. No sector social os meios financeiros são mais escassos, mas os fundos são a resposta a esse problema”.

Para Passos Coelho, “os desafios de agora exigem uma resposta estratégica ponderada”, que deve incluir “uma relação constante entre instituições”. Passos Coelho apela, por isso, a uma “maior articulação, cooperação, colaboração e criação de redes no sector”, para uma maior “eficiência e eficácia das respostas”.



Acordo de princípio com a Grécia “é equilibrado”



O Primeiro-Ministro português afirmou que “o acordo de princípio” alcançado na cimeira do Eurogrupo em relação à Grécia “é equilibrado” e não pode “ser encarado como uma humilhação”, destacando que só pode ser visto como “uma acção responsável e solidária” dos outros estados da moeda única. Pedro Passos Coelho fez esta declaração no final da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da zona euro, em Bruxelas, dia 13.

O Primeiro-Ministro manifestou acreditar que o Governo grego liderado por Alexis Tsipras vai realmente honrar o compromisso acordado com os parceiros e não aproveitar o primeiro pretexto para novos jogos políticos. “Acho que este acordo mostra que é necessário, era necessário e continua a ser necessário recuperar a confiança entre todos aqueles que estavam a negociar. Eu recorro que as últimas negociações foram abandonadas pelo Governo grego, que decidiu convocar um referendo e deixar, portanto, todos aqueles que estavam a procurar um acordo nas negociações a falar sozinhos”, declarou Pedro Passos Coelho. Segundo Passos Coelho, “essa foi uma atitude que deixou desconfiança entre todos os parceiros, em particular quando o próprio

Governo grego disse que queria, junto do povo grego, encontrar força para dizer que ‘Não’ àquela negociação, e agora é importante saber se podemos contar ou não com alguém que queira realmente cumprir e comprometer-se com um acordo ou se estamos apenas a encontrar mais um pretexto para que o jogo político vire na primeira oportunidade”.

“Essa é a razão por que os próximos dias vão ser importantes. Eu quero acreditar, sobretudo olhando para a situação que se está a viver, que o compromisso que foi aqui expresso pelo Primeiro-Ministro grego seja um compromisso para valer a pena, que vai ser realmente cumprido”, vincou o chefe do executivo português. Sublinhando que quer “acreditar que sim, que o acordo irá funcionar”, o Primeiro-Ministro revelou que, “nessa medida”, foi cumprimentar, no final da longa maratona negocial, Alexis Tsipras, “pelo facto de ter mostrado um espírito construtivo para que o acordo pudesse ter sido alcançado”.

Na conferência de imprensa no final de uma Cimeira da zona euro que terminou segunda-feira de manhã, ao cabo de 17 horas, com um compromisso sobre um

terceiro “resgate” à Grécia em troca de uma série de condicionalidades, Pedro Passos Coelho mencionou que não vê “como possa ser encarado como uma humilhação” uma nova ajuda de “quase mais 86 mil milhões de euros, mais do que Portugal recebeu num só programa”. O Primeiro-Ministro recordou que, entre financiamentos anteriores, à luz dos dois anteriores programas de assistência e de dívida perdoada, “a Grécia terá recebido e visto perdoados mais de 400 mil milhões de euros”, a que acrescerão agora 86 mil milhões de euros, pelo que tal só pode ser visto como “uma acção responsável e solidária” dos parceiros de Atenas.

Quanto ao fantasma de uma expulsão da Grécia da zona euro, o chamado “Grexit”, apontou que, de facto, “durante a reunião do Eurogrupo não deixou de se considerar a possibilidade de uma saída da Grécia da zona euro se um acordo não fosse encontrado”, mas considerou que tal não pode ser considerado uma ameaça, mas antes “uma constatação de uma consequência natural se não existisse um acordo”, já que, nesse caso, a Grécia “não teria condições de permanecer” no espaço monetário único.

Acordo alcançado por “unanimidade”

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, afirmou que os líderes da zona euro alcançaram, por unanimidade, um acordo para oferecer um terceiro plano de ajuda à Grécia, após uma “maratona” negoci-

unanimidade. Está tudo pronto para um programa de ajuda para a Grécia por via do Mecanismo Europeu de Estabilidade, com importantes reformas e um apoio financeiro”, anunciou Tusk, através da sua conta na rede social Twitter.

Os líderes europeus alcançaram um acordo sobre um terceiro “resgate” à Grécia, depois de uma solicitação a Atenas para aceitar reformas económicas, sob pena de se tornar o primeiro país a abandonar a moeda única. “A decisão dá à Grécia a possibilidade de evitar consequências sociais [e] políticas de um resultado negativo”, afirmou Tusk, em conferência de imprensa, no final das negociações, advertindo, porém, que “há condições estritas para serem cumpridas”.

O euro reagiu ao anúncio elevando-se a 1,1194 dólares um pouco antes das 8h00 (hora em Lisboa) na segunda-feira. “A Europa escolheu um roteiro. Contudo, tudo depende agora da sua aplicação”, comentou o Primeiro-Ministro da Estónia, Taavi Roivas, na sua conta na rede social Twitter.

O acordo vem dar luz verde política para o lançamento das negociações sobre o terceiro programa de ajuda à Grécia para os próximos três anos, com um montante estimado de 86 mil milhões de euros. Os chefes de Estado e de Governo da zona euro, reunidos em Bruxelas desde domingo à tarde, chegaram na segunda de manhã a um acordo sobre a Grécia, ao cabo de 17 horas de negociações, anunciou o Primeiro-Ministro belga. “Acordo”, revelou Charles Michel na sua conta na rede social Twitter. A Cimeira extraordinária da zona euro sobre a Grécia, apontada como decisiva para o futuro da Grécia na zona euro, teve início às 16h00 locais de Domingo (15h00 de Lisboa), e foi interrompida por diversas vezes para consultas e reuniões à margem devido às diferenças entre as autoridades gregas e os seus credores. De acordo com várias fontes, o Governo grego liderado por Alexis Tsipras anuiu à maioria das medidas reclamadas pelos credores, tendo sido as divergências quanto a dois pontos, designadamente o fundo de privatizações reclamado pelos credores, assim como a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI) no novo programa de assistência, que fizeram prolongar em várias horas os trabalhos.



Conselho Nacional aprova por unanimidade linhas gerais do programa eleitoral



O Conselho Nacional do PSD aprovou, dia 10, as linhas gerais do programa eleitoral da coligação entre o PSD e o CDS-PP para as eleições legislativas. “O Conselho Nacional do PSD acabou de aprovar por unanimidade e aclamação as linhas fundamentais do programa eleitoral da coligação. Trata-se, de resto, do cumprimento de uma disposição estatutária que estabelece que é o Conselho Nacional que tem essa responsabilidade”, anunciou o vice-presidente do PSD José Matos Correia.

Em conferência de imprensa, a meio da reunião do Conselho Nacional do PSD, que decorreu num hotel de Lisboa, José Matos Correia adiantou que “a votação do Conselho Nacional incidiu sobre o documento das linhas gerais que já tinha sido tornado público no dia 3 de Junho e um outro documento que, no fundo, desenvolve essas linhas gerais e que resulta já do processo de elaboração do próprio programa de Governo”.

José Matos Correia, pelo PSD, e Assunção Cristas, pelo CDS-PP, são os responsáveis pela elaboração do programa eleitoral da coligação “Portugal à Frente”. No dia 25 de Abril, o Primeiro-Ministro e presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, e o vice-Primeiro-Ministro e presidente do CDS-PP, Paulo Portas, assinaram um compromisso para uma coligação entre os respectivos partidos nas legislativas. Quatro dias depois, os conselhos nacionais dos dois partidos - órgãos máximos entre congressos - aprovaram esse compromisso. No dia 3 de Junho, PSD e CDS-PP apresentaram um documento intitulado “Portugal

no caminho certo”, com as “linhas de orientação geral para a elaboração do programa eleitoral” da coligação, associado a uma “carta de garantias”.

Os conselheiros nacionais aprovaram também por unanimidade as contas do PSD referentes ao ano de 2014. O órgão máximo entre congressos irá reunir-se no dia 30 deste mês, para aprovar as listas de candidatos a deputados, cuja elaboração será coordenada por uma comissão presidida por Marco António Costa, e que incluiu o secretário-geral, José Matos Rosa, e o líder parlamentar, Luís Montenegro.

Na sexta-feira, a Comissão Política Nacional do PSD aprovou uma lista de critérios para a escolha dos candidatos a deputados. Segundo os Estatutos do PSD, compete à Comissão Política Nacional aprovar os critérios para a elaboração das listas de deputados à Assembleia da República e apresentar essas listas ao Conselho Nacional.

PSD pede às distritais e regionais que indiquem um terço de candidatos novos

A Comissão Política Nacional do PSD aprovou um documento segundo o qual um terço dos nomes indicados pelas estruturas regionais e distritais do PSD para as listas de deputados deverão ser candidatos novos. Esse documento, que estabelece os critérios para a escolha

dos candidatos a deputados, refere que “não mais de 2/3 dos nomes indicados pelas estruturas regionais e distritais deverão, regra geral, coincidir com os constantes da lista de candidatura de 2011”, para que haja “uma adequada renovação das listas”.

“A necessidade de reforço da participação das mulheres nas listas de candidatos a deputados, para além do estipulado na legislação em vigor” é outro princípio inscrito no documento aprovado pela Comissão Política do PSD, no qual se lê também que “a indicação dos cabeças de lista em cada círculo eleitoral é da responsabilidade do presidente do partido”.

O vice-presidente do PSD afirmou que os presidentes de Câmara e nomeados para altos cargos públicos deverão ficar fora das listas, apesar de a regra não constar dos critérios escritos para a escolha dos deputados. Em conferência de imprensa, a meio da reunião do Conselho Nacional do PSD, que decorre num hotel de Lisboa, questionado se foi decidido que autarcas e nomeados para cargos públicos não farão parte das listas, Matos Correia respondeu: “A regra geral é, em princípio, essa”. “A regra geral é que presidentes de câmara não devem constar das listas, bem como pessoas que tenham sido recentemente nomeadas para altos cargos da Administração Pública”, acrescentou o vice-presidente do PSD e deputado.

Deputados do PSD em “divergência persistente” devem renunciar

José Matos Correia defendeu o princípio aprovado pela direcção social-democrata de que os deputados em divergência com as orientações do partido devem renunciar ao mandato, mas frisou que a decisão é voluntária. “Julgo que, numa lógica de compromisso de honra, quem está numa instituição, está de acordo com aquilo que são as orientações dessa instituição. Se discorda, é uma questão de honra abandonar as listas. Mas isso é sempre uma decisão voluntária de cada um”, afirmou José Matos Correia, em conferência de imprensa.

Em causa está o seguinte princípio inscrito aprovado pela Comissão Política Nacional do PSD: “Os candidatos a deputados deverão também comprometer-se a renunciar ao mandato no caso de existir uma persistente divergência entre as orientações gerais do grupo parlamentar, e a sua posição individual, em ordem a salvaguardar o pleno cumprimento das opções programáticas com que o partido se apresenta aos portugueses e que esteve na base da sua própria eleição”. Questionado sobre este princípio da renúncia em caso de divergências, José Matos Correia respondeu: “Julgo que faz parte de um compromisso de honra que qualquer deputado deve assumir”.

“Os deputados, quando se candidatam, candidatam-se com um determinado programa e com um determinado tipo de compromissos. Se, porventura, alguém que vier a ser eleito se afastar daquilo que é a orientação estabelecida pelos órgãos do partido, e eventualmente pelo Governo, se como espero, for essa a circunstância, é natural que as pessoas possam abandonar o seu lugar”, considerou.

O vice-presidente do PSD ressaltou, contudo, que esta “não é uma imposição”, porque “o mandato em Portugal é pessoal e, portanto, só cada deputado é que pode renunciar a ele”.

O documento, aprovado com os critérios do PSD para a escolha dos candidatos a deputados, estabelece que, “sem prejuízo do direito de divergência em questões de consciência”, estes “deverão igualmente assumir o compromisso de, sempre que estejam em causa questões consideradas relevantes para a política nacional, se fazer substituir, nos termos regimentais, por forma a assegurar a posição do Partido no momento das votações”.

De acordo o mesmo documento, os candidatos a deputados “deverão assumir o compromisso de honra de cumprir integralmente o regulamento do grupo parlamentar e, em particular, de respeitar sem excepções a disciplina de voto nas seguintes matérias: a) Programa do Governo, no caso de ser sujeito a votação; b) Orçamento do Estado; c) Leis de valor reforçado; d) Moções de censura e de confiança; e) Quaisquer outras a definir em reunião plenária do Grupo Parlamentar”.





Deliberação da Comissão Política Nacional

«1. A Comissão Política Nacional, reunida em 10 de Julho de 2015, estabeleceu os seguintes critérios na elaboração das listas dos candidatos a deputados à Assembleia da República para a legislatura de 2015 a 2019, nos termos da alínea j) nº2 do Artigo 21º dos Estatutos.

Critérios

- Reconhecido espírito de serviço ao País e de empenhamento na defesa do interesse nacional;
- Comportamento pessoal, profissional e político subordinado a valores éticos inequívocos;
- Empenhamento e solidariedade demonstrados relativamente à prossecução dos objectivos do PSD, quando se trate de militantes do Partido; identificação com os princípios e valores essenciais do Partido, quando se trate de candidatos não filiados no PSD;
- Qualidade e competência política, bem como preparação técnica adequada;
- Prestígio nacional ou local potenciador de alargamento de apoio eleitoral do PSD;
- Capacidade e disponibilidade para o diálogo e contacto permanente com os eleitores e as associações representativas da sociedade civil;
- Aceitação das normas estatutárias e legais inerentes ao exercício da função de deputado;
- Disponibilidade total para a participação assídua e empenhamento efectivo nos trabalhos parlamentares.

2. Os candidatos a deputados deverão assumir o compromisso de honra de cumprir integralmente o regulamento do Grupo Parlamentar e, em particular, de respeitar sem excepções a disciplina de voto nas seguintes matérias:



a) Programa do Governo, no caso de ser sujeito a votação;

b) Orçamento do Estado;

c) Leis de valor reforçado;

d) Moções de censura e de confiança;

e) Quaisquer outras a definir em reunião plenária do Grupo Parlamentar.

3. Sem prejuízo do direito de divergência em questões de consciência, os candidatos a deputados deverão igualmente assumir o compromisso de, sempre que estejam em causa questões consideradas relevantes para a política nacional, se fazer substituir, nos termos regimentais, por forma a assegurar a posição do Partido no momento das votações. Além disso, os candidatos a deputados deverão também comprometer-se a renunciar ao mandato no caso de existir uma persistente divergência entre as orientações gerais do Grupo Parlamentar, e a sua posição individual, em ordem a salvaguardar o pleno cumprimento das opções programáticas com que o Partido se apresenta aos Portugueses e que esteve na base da sua própria eleição.

4. Na elaboração das listas será cumprido o estipu-

lado no acordo de Coligação assinado com o CDS/PP, nomeadamente;

a) A necessidade de contemplar uma composição equilibrada do Grupo Parlamentar, de modo a que do seu conjunto resulte uma diversificada competência política e preparação técnica multidisciplinar, designadamente através da inclusão de personalidades independentes;

b) A necessidade de promover uma adequada renovação das listas de candidatos a deputados, pelo que não mais de 2/3 dos nomes indicados pelas estruturas regionais e distritais deverão, regra geral, coincidir com os constantes da lista de candidatura de 2011;

c) A necessidade de reforço da participação das mulheres nas listas de candidatos a deputados, para além do estipulado na legislação em vigor;

5. A indicação dos cabeças de lista em cada círculo eleitoral é da responsabilidade do Presidente do Partido;

6. A CPN poderá propor a inclusão de personalidades militantes ou independentes com reconhecido mérito pessoal, político ou profissional.

Lisboa, 10 de Julho de 2015»

Fundo de Eficiência Energética incentiva poupanças na iluminação pública municipal



O Fundo de Eficiência Energética (FEE) disponibiliza 39 milhões de euros para que haja a poupança de 40 por cento de energia em iluminação pública em 90 municípios, segundo o ministro do Ambiente e Energia, Jorge Moreira da Silva. Discursando numa cerimónia de assinatura com 14 municípios, em Lisboa, o governante assumiu que este “não foi um processo simples com Bruxelas”, mas “teve uma vantagem” porque as candidaturas nesta área no próximo quadro de apoio comunitário, o Portugal 2020, terão as mesmas regras do anterior programa.

O FEE deverá ser aplicado a 33 projectos, que terão de estar concretizados até 31 de Dezembro, o limite dado para aplicar este financiamento. Moreira da Silva recordou haver municípios onde a iluminação “chega a pesar 50 por cento na factura energética”, a qual inclui ainda as despesas com frotas e edifícios.

O processo de investimento para poupança de energia deverá ter “sequência no Portugal 2020”, considerou o governante, que “renovou o convite para os municípios se mobilizarem” em candidaturas para os próximos fundos.

O próximo financiamento comunitário terá entre “800 e 900 milhões de euros” disponíveis para a área da eficiência energética, nomeadamente para aplicação na Administração Central, Administração Local, habitação, novas energias renováveis no contexto de investigação e demonstração, na mobilidade sustentável e em redes inteligentes de energia. “A eficiência energética deve traduzir-se na maior ambição que se terá que colocar ao país, depois de este demonstrar a enorme competência em outras dimensões”, referiu.

600 instalações de produção de electricidade para autoconsumo em 5 meses

O ministro da Energia, Jorge Moreira da Silva, informou que, nos primeiros cinco meses de 2015, houve 600 instalações de produção de electricidade em autoconsumo. “(As 600 instalações) são duas vezes mais do que as instalações concretizadas nos últimos 12 anos”, garantiu o ministro, numa cerimónia de oficialização do Fundo de Eficiência Energética. O governante lembrou as alterações ocorridas com o novo regime de produção de electricidade em autoconsumo, em vigor desde 19 de Janeiro, e que permite a utilização da energia produzida para consumo próprio. Em Janeiro, a tutela explicou que o novo regime tinha por objectivo criar “as condições económicas para que os consumidores se tornem produtores descentralizados de energia”.

Assim, as novas regras deixam de obrigar quem produz electricidade a vendê-la toda à rede, permitindo que essa energia seja utilizada para consumo próprio, e por outro lado incentivam a instalação de produções próprias, “em especial fotovoltaicas, dimensionadas para o perfil de consumo da instalação”.

O novo regime estabeleceu a isenção de controlo prévio no caso das instalações mais pequenas, com potência de ligação inferior a 200W, enquanto nas instalações com potência instalada de 200W a 1,5kW é necessário apenas fazer uma comunicação prévia à Direcção Geral de Energia e Geologia, desde que o consumidor não pretenda injectar energia na rede pelo preço do mercado grossista.

Em causa está a possibilidade de instalação de até seis painéis fotovoltaicos sem necessidade de obter licenças ou de qualquer custo adicional, indicou à Lusa o secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, na data em que o diploma foi publicado.

Já quem optar por mais de seis painéis fotovoltaicos (até 1 MW de potência), terá de fazer registo prévio da instalação e aguardar por uma vistoria técnica. Acima desse nível de potência, torna-se necessária uma licença de produção, explicou também o governante. Caso haja excesso de produção face ao consumo de electricidade, os produtores poderão ainda vender essa quantidade à rede pelo preço praticado no mercado grossista, “evitando-se onerar outros consumidores”.

A expectativa do Governo é de que o novo regime conduza à implementação de até 300MW de potência instalada até 2030, estando dependente de “muitas condicionantes exógenas ao sistema eléctrico”, disse o secretário de Estado da Energia em Outubro passado, acrescentando que tudo “vai depender do dinamismo das empresas que tratam destas matérias bem como do estado da economia e da capacidade de financiamento”.

50 milhões de euros para reabilitação urbana

As candidaturas ao reformulado programa Reabilitar para Arrendar podem já ser feitas, na sequência da disponibilização de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) à taxa de juro de 2,9 por cento por 15 anos. Segundo a apresentação que decorreu, em Lisboa,

dia 9, pelo ministro do Ordenamento do Território, Jorge Moreira da Silva, os 50 milhões de euros do programa, ao qual se podem agora candidatar privados, deverão permitir a reabilitação de cerca de duas mil habitações e 300 edifícios nos próximos três anos. O ministro recordou que o financiamento surgiu depois de “criadas as condições estruturais”, nomeadamente a reforma do ordenamento do território, do arrendamento e do Regime Excepcional da Reabilitação Urbana.

Para Moreira da Silva, o programa revela-se uma “solução inovadora” por ser uma “oportunidade directa” para “agentes do sector e cidadãos”, além de estar “orientado para objectivos”, ao colocar como limite máximo 12 meses para a realização das obras e prever intervenções em duas mil habitações e 300 edifícios.

Moreira da Silva indicou que “nas próximas semanas” deverão ser divulgadas as condições dos financiamentos comunitários, ao abrigo do Portugal 2020, para eficiência energética, reabilitação e regeneração urbana, num total

de mil milhões de euros.

O Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível financia a reabilitação de imóveis destinados a arrendamento, com uma dotação inicial de 50 milhões de euros, que deverá ser investida nos próximos três anos, estimando-se que venha a permitir a reabilitação de 300 edifícios e cerca de 2000 habitações. O Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível destina-se a todos os agentes do sector da habitação, quer públicos, quer privados que pretendam reabilitar edificado habitacional destinado ao arrendamento condicionado. Garante-se assim, o necessário incentivo ao arrendamento urbano, coordenado com valores de rendas 20 a 30% abaixo das rendas praticadas no mercado livre. O IHRU irá disponibilizar 50 milhões de euros, financiados pelo Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, a edifícios com 30 ou mais anos. No caso de edifícios localizados em áreas de reabilitação urbana, os pisos térreos poderão ser destinados a comércio ou serviços. Nesta fase inicial, será praticada uma taxa fixa de 2,9 por cento que compreende

um financiamento até 90% dos custos com o investimento total (abrangendo estudos, projectos e trabalhos preparatórios), podendo a amortização do empréstimo ser realizada até 15 anos. As obras de reabilitação devem realizar-se no prazo máximo de 12 meses e o proprietário beneficiará de um período de carência capital de seis meses após a conclusão das obras. A sustentabilidade das cidades passa não apenas pela eficiência no uso dos recursos naturais e regulação dos espaços rústicos adjacentes, mas também pela recuperação das áreas degradadas, de que são exemplo os bairros históricos e as zonas industriais desactivadas. A reabilitação urbana surge, assim, como um instrumento de renovação das cidades e vilas, promovendo as medidas adequadas de revitalização económica, social e cultural e de reforço da coesão e do potencial territorial. Trazer de volta os moradores aos centros das cidades é um objectivo claro de desenvolvimento urbano sustentável, alicerçado em políticas que melhorem a segurança, a mobilidade dos cidadãos e a qualidade do ar.

Empréstimo do BEI pode chegar aos 750 milhões de euros



O Banco Europeu de Investimento (BEI) está disponível para emprestar até 750 milhões de euros para assegurar a contrapartida nacional que permite mobilizar os fundos comunitários no período 2014-2020, revelou o vice-presidente da organização, Román Escolano. O protocolo de intenções celebrado dia 9, com a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, em Lisboa, é um “importante marco numa longa cooperação entre o BEI e o Estado português”, que o banco quer aprofundar no próximo quadro de financiamento

comunitário, indicou o mesmo responsável.

Román Escolano sublinhou que o “Portugal 2020”, que envolve um financiamento total de cerca de 25 mil milhões de euros até 2020, inclui prioridades alinhadas com as do BEI, como a redução do desemprego, apoio à economia social, financiamento das PME, melhoria da competitividade ou modernização da administração pública, motivo pelo qual o banco está disponível para emprestar até 750 milhões de euros, “a preços competitivos”. Sem revelar prazos, Román Escolano mostrou-se

confiante de que os fundos serão disponibilizados “em breve”, após ser concluída a avaliação que vai ser feita sobre as necessidades de financiamento.

Miguel Poiars Maduro assinalou que o memorando de entendimento será a base de apoio que o BEI vai oferecer para facilitar a contrapartida nacional do Estado na execução do quadro comunitário 2014-2020, enquanto Maria Luís Albuquerque destacou a “evolução positiva da economia portuguesa” que se alicerça também nos fundos estruturais.

“Progressão bastante positiva na generalidade dos indicadores” de saúde



O ministro da Saúde assinalou a “progressão bastante positiva na generalidade dos indicadores” de saúde em Portugal. Na última década houve uma evolução positiva na generalidade dos indicadores de saúde em Portugal, indica um relatório da Direcção-Geral da Saúde, divulgado esta terça-feira. A mortalidade abaixo dos 70 anos diminuiu e a esperança de vida aumentou, bem como os anos de vida com saúde. Para Paulo Macedo, é importante destacar que a situação melhorou, independentemente, ou apesar, de os gastos com o Serviço Nacional de Saúde terem diminuído. “Os resultados espelhados neste estudo são uma progressão bastante positiva na generalidade dos indicadores, para não dizer quase todos, nos últimos dez anos, nos últimos cinco, quatro e dois [anos]”, disse.

“Isso é algo em si mesmo bastante positivo, porque são resultados que foram obtidos, quando olhamos para

dez anos, em fases totalmente distintas. Tivemos uma fase de crescimento da despesa com a saúde e, infelizmente, tivemos de ter uma redução com a saúde, como noutras áreas, pelas razões que todos conhecem. Portanto, apesar deste comportamento distinto em termos financeiros, naquilo que seriam os meios do Serviço Nacional de Saúde, a verdade é que se conseguiram atingir resultados muito importantes”, acrescentou.

De entre os indicadores positivos, o ministro da Saúde destaca a redução de mortes abaixo dos 70 anos. “Os anos de vida perdidos tiveram uma evolução outra vez extremamente positiva – aliás, uma das mais positivas dos últimos anos – relativamente à mortalidade abaixo dos 70 anos. Tivemos uma evolução sistemática, no sentido de ter havido ao longo de todos estes anos, uma redução de óbitos na população abaixo dos 70.”

Este relatório indica ainda que a qualidade de vida não aumentou de forma proporcional à esperança média de vida. Para contornar esta situação, expressou o ministro da Saúde, é preciso apostar nos cuidados primários de saúde e no acompanhamento dos mais idosos. “Temos indicadores bastante positivos em termos da esperança média de vida e temos indicadores que não são tão bons em termos da qualidade de vida nas faixas etárias mais elevadas”, reconhece.

Paulo Macedo sinalizou ainda outra prioridade: “O que temos de fazer é melhorar a nossa rede de trabalhos continuados, onde investimos, abrindo mais de duas mil camas, temos de ter um maior apoio ao acompanhamento dos idosos e, por outro lado, um melhor acompanhamento nos cuidados primários.”

Ministério da Educação felicita portugueses pelos resultados nas Olimpíadas de Física

O Ministério da Educação e Ciência felicitou a equipa que representou Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Física, que decorreram em Bombaim, na Índia, pela conquista de uma medalha de bronze e três menções honrosas. “O Ministério da Educação e Ciência felicitou a equipa que representou Portugal na 46.ª Edição das Olimpíadas Internacionais de Física que terminaram em Bombaim, na Índia, pela conquista de uma medalha de

bronze e três menções honrosas”.

A Universidade de Coimbra (UC) anunciou que Gregory Bonaert, do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Lagos, obteve medalha de bronze. André Lello de Almeida (Colégio Luso-Francês, Porto), José Guilherme Matos (Escola Secundária de Mirandela) e João Antunes (Escola Secundária da Amadora) tiveram menção honrosa. David

Pereira (Escola Secundária Lima-de-Faria, Cantanhede) foi outro dos representantes portugueses na prova. O vencedor absoluto desta Olimpíada, que obteve a melhor classificação no conjunto dos dois testes, foi um estudante da Coreia do Sul, Taehyoung Kim. Participaram nesta competição 382 estudantes finalistas do ensino secundário de 82 países.

Conselho de Ministros de 9 de Julho de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a regulamentação da Lei dos Baldios, designadamente no que respeita aos equipamentos comunitários, aplicação das receitas, transferência da administração em regime de associação e da compensação devida no seu termo, e ainda à identificação e extinção por ausência de uso, fruição e administração.

O diploma agora aprovado concretiza alterações introduzidas pela Lei dos Baldios para reforço da sua gestão sustentável e transparente, constituindo-se como princípios de aproveitamento e de fruição dos recursos dos baldios pelas respectivas comunidades locais, no respeito pelos usos e costumes tradicionais e das deliberações dos compartes, e em garantia, também, da perpetuação desses recursos em proveito e para desfrute das gerações vindouras.

É ainda estabelecido um dever de comunicação que permitirá dar destino às verbas até agora cativas, resultantes de processos vindos do passado relacionados com situações de expropriação de áreas de baldio ou de incerteza quanto à titularidade das suas receitas.

2. O Conselho de Ministros, concretizando a reforma do ordenamento do território, aprovou os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Define-se o conceito de utilização dominante de uma categoria de solo como a afectação funcional prevalecente que lhe é atribuída pelo plano territorial de âmbito intermunicipal e municipal.

Para a reclassificação do solo rústico em solo urbano exige-se a demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico em urbano, através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.

3. O Conselho de Ministros aprovou a passagem à fase de negociações de três das quatro propostas que concorreram ao processo de reprivatização do capital social da CP Carga, Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. (CP Carga, S.A.), a efectuar através de uma venda directa de referência de até 100 % das acções representativas do respectivo capital social e de uma oferta pública de venda destinada aos trabalhadores desta sociedade, de até 5 % do capital social daquela sociedade.

As três propostas referidas são dos proponentes Atena Equity Partners SCR, S.A., Cofihold Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., e Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) Operadores Ferroviários S.A., as quais contêm atributos que permitem presumir que possam ainda vir a ser melhoradas no decurso do processo negocial, propondo-se, em consequência, o convite dos respectivos proponentes para uma fase de negociações.

4. O Conselho de Ministros aprovou a passagem à fase de negociações da proposta da Alstom Transport Holdings, B.V., no processo de privatização da EMEF, Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A..

Apesar do processo de reprivatização da EMEF ter motivado o interesse por parte de 11 potenciais investidores, apenas a proposta apresentada pela Alstom Transport Holdings, B.V., reúne condições de base para o cumprimento das exigências do caderno de encargos.

5. O Conselho de Ministros determinou a dissolução e aprovou o processo de liquidação da Empordef, Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., tendo em vista a respectiva extinção.

Foi já determinado, por anterior resolução do Conselho de Ministros, a elaboração de um plano de liquidação pela Administração da Empordef, decretando-se agora a adopção das medidas tendentes à efectiva liquidação e extinção desta sociedade, nomeadamente no que diz respeito a situações que afectam o seu activo, com vista à minimização dos impactos negativos da liquidação da Empordef para o Estado.

6. O Conselho de Ministros aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Esta reforma, materializada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), resolve a fragmentação e as inconsistências actualmente existentes e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que actualmente vêm sendo adoptados a nível internacional.

O SNC-AP permite ainda uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do sector empresarial e das entidades do sector não lucrativo, respectivamente.

7. O Conselho de Ministros aprovou o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).

O novo PNTN passa a abranger todas as áreas classificadas e estabelece como pressuposto que o turismo de natureza envolve a prática integrada de actividades diversificadas, e de fruição do ambiente natural nas suas diversas formas, passando também pela fruição do património cultural imóvel e imaterial, através das manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e estada em alojamentos turísticos.

É ainda reconhecida a marca nacional Natural.PT, associada ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), como uma aposta integrada na biodiversidade e na cultura de Portugal, e um símbolo de qualidade e excelência de apoio ao desenvolvimento de base local.

Este Programa tem como objectivo o desenvolvimento da actividade turística nas áreas classificadas, contribuindo para a valorização do seu património natural e cultural, como catalisador de desenvolvimento local e regional.

O PNTN é apoiado por políticas públicas e investimentos públicos e privados em turismo de natureza, designadamente pela futura elegibilidade no âmbito do quadro de financiamento europeu Portugal 2020.

8. O Conselho de Ministros aprovou a extinção da Fundação para os Estudos e Formação Autárquica, com integração dos respectivos fins e atribuições na Direcção-Geral das Autarquias Locais.

É autorizada a contratualização das referidas atribuições com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ou com fundação de direito privado por si instituída, cumprindo neste ultimo caso um desígnio afirmado por sucessivos Governos há mais de três décadas e previsto no PREMAC.

É assegurada a existência e funcionamento com sede em Coimbra do centro nacional de referência para a formação na administração local.

9. O Conselho de Ministros aprovou um regime excepcional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respectivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal.

Considera-se que estes homens e mulheres são essenciais no combate aos incêndios florestais, em especial nesta fase mais crítica do ano, e que este interesse se pode sobrepor às obrigações funcionais normais do serviço público.

10. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico da actividade leiloeira, promovendo a fiabilidade nas empresas leiloeiras de modo a proteger os interesses de todos os que com elas se relacionam.

Nesse sentido, é criado um quadro regulamentador específico que estabelece um conjunto de condições consideradas essenciais para a actividade leiloeira, sendo instituídos requisitos de idoneidade e de qualificação e exigindo-se a obtenção de uma autorização prévia a atribuir pela Direcção-Geral das Actividades Económicas.

Institui-se, ainda, a obrigação de contratualização de um seguro de responsabilidade civil, garantia financeira ou instrumento equivalente, destinado a assegurar a correcta indemnização e cobrir eventuais danos resultantes do exercício da actividade.

11. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas eléctricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio.

Por outro lado, são igualmente previstas normas que visam a clarificação dos circuitos de recolha de resíduos de baterias e acumuladores provenientes de utilizadores



particulares e não particulares, o registo centralizado dos produtores de pilhas e acumuladores e o mecanismo de compensação entre entidades gestoras.

12. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da denominação do Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E, que passa a denominar-se Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E..

Esta alteração justifica-se pela desafectação do Hospital de São José - Fafe, que foi objecto de devolução à Misericórdia de Fafe, passando o Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E., a integrar apenas o Hospital de Guimarães.

13. O Conselho de Ministros autorizou a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., a realizar a despesa relativa à aquisição de serviços de desenvolvimento, implementação e manutenção do Sistema de Informação do Portugal 2020.

Essa aquisição é feita com recurso ao acordo quadro para a prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção de software (AQ – Consultadoria), celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

A despesa total autorizada, para o período de 2015 a 2023, é de 13,457 milhões de euros.

14. O Conselho de Ministros autorizou a Autoridade Tributária e Aduaneira a realizar a despesa relativa à aquisição de electricidade.

A despesa total autorizada, para os anos de 2016 e 2017, é de aproximadamente 5,651 milhões de euros, com recurso ao acordo quadro celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

15. O Conselho de Ministros aprovou a designação de um vogal do conselho directivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em substituição de um vogal que cessou funções.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta designação.

PS deixou uma dívida de 3,2 mil milhões de euros no SNS



“Falar do Estado da Nação é também debater o estado da Saúde em Portugal como pilar fundamental do regime democrático e como valor primordial para o bem-estar dos portugueses”. Foram estas as palavras iniciais do deputado Miguel Santos no debate sobre o Estado da Nação. Focando-se neste sector, o vice-presidente da bancada do PSD recordou o relatório da Direcção-Geral da Saúde que diz que “na última década mantém-se a tendência positiva dos principais indicadores de saúde em todas as fases da vida e que o nível de saúde dos cidadãos tem apresentado ganhos ano após ano”. O deputado social-democrata referiu-se ainda aos relatórios da OCDE, ao da Fundação Calouste Gulbenkian e tantas obras efectuadas pelo Governo que atestam a qualidade do nosso Serviço Nacional Saúde.

Contudo, recorda, é importante recordar o ponto de partida deste Governo. “O ponto de partida foi um SNS preso a uma dívida de 3,2 mil milhões de euros, que gerava todos os anos 400 milhões de euros de défice e que se libertou pagando dívidas. Na altura havia empresas que cortaram o fornecimento aos hospitais”.

Portugal está agora mais bem preparado para combater as desigualdades sociais

No debate sobre o Estado da Nação, Hugo Soares acusou o PS de continuar a partir de um pressuposto errado. “O PS considera que foi a troika que trouxe a crise, mas na verdade foi a crise que trouxe a troika. O PS considera que foi a austeridade que trouxe a crise, mas foi a crise que trouxe a austeridade. E há uma pergunta que paira no Grupo parlamentar do PS como um elefante no meio da sala: quem é que trouxe a crise para Portugal e quem devolveu o país à credibilidade trouxe a confiança ao país e aos portugueses? E a resposta à primeira pergunta é: foi o PS, o Governo de José Sócrates e muitos destes deputados que estão aqui sentado. E à segunda pergunta, foi este Governo que libertou o país da troika”.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD questionou ao Primeiro-Ministro qual o país que se encontra melhor preparado para combater a pobreza e as desigualdades sociais. “Um país que tem um défice de cerca de 11 por cento, ou um país que estima ter um défice abaixo dos 3 por cento? Um país com uma economia estagnada ou em recessão, ou um país que cresce do ponto de vista económico de forma sustentada? Um país que não tem dinheiro para pagar salários e pensões, ou um país que está preparado para encontrar e responder às dificuldades que se apresentem? Que país é que fomenta a desigualdade e pobreza? O primeiro ou o segundo? Que país é que dá esperança aos jovens portugueses que não encontram soluções?”

A terminar, Hugo Soares frisou que a pobreza e as desigualdades sociais diminuem agora porque este Governo colocou o país em ordem, algo que o PS tem dificuldade em admitir.



Reforma autonómica é “necessária”, se melhorar a vida dos açorianos



A reforma do sistema autonómico “é necessária, mas só será fundamental se ela contribuir para melhorar a vida das açorianas e dos açorianos” defendeu, hoje, no parlamento regional, o presidente do PSD/Açores, assegurando que, “da parte dos sociais-democratas açorianos existe disponibilidade para dialogar com todos de forma a que as soluções que venham a ser adoptadas mereçam o consenso dos partidos, mas também da sociedade açoriana”.

Duarte Freitas, que falava no parlamento regional,

durante um debate sobre a reforma do sistema autonómico, defendeu que “esse deve ser um processo amadurecido e participado que não deixe ninguém de fora”.

Para o líder dos sociais-democratas açorianos, no entanto, “a reforma e a melhoria da Autonomia não pode ser feita aumentando os cargos existentes. Ela tem de ser concretizada com menos cargos e com menos custos financeiros para os açorianos”. “Nos últimos quarenta anos muita coisa mudou nos Açores e no mundo”, disse Duarte Freitas, considerando, por isso, “essencial que também a

Autonomia mude com o objectivo de responder melhor as necessidades do mundo moderno”.

Para o presidente do PSD/Açores é “importante que seja possível alcançar uma reforma que seja feito por consenso entre todos, pela reflexão e pela troca de opiniões, não apenas entre os políticos, mas num processo que seja o mais participado possível”.

Duarte Freitas recordou que os sociais-democratas açorianos “têm já muito trabalho de casa feito sobre esta matéria”. “Em 2013 anunciei a criação de um grupo de trabalho sobre essa matéria, coordenado pelo professor universitário Carlos Amaral, tendo sido possível ouvir personalidades de todos os partidos e das mais variadas sensibilidades”.

No âmbito desse trabalho, acrescentou: “Foi também possível ouvir parceiros da sociedade civil e açorianos de todas as gerações. Estamos prontos para discutir e debater com todos os partidos as necessárias alterações ao regime autonómico”, referiu o presidente do PSD/Açores.

Duarte Freitas assegurou ainda a “total disponibilidade dos deputados do PSD/Açores na próxima legislatura da Assembleia da República para trabalhar com os restantes deputados açorianos e com os deputados da Madeira na Assembleia da República de forma a que seja possível criar uma verdadeira ‘Causa Autonómica’ durante a próxima revisão constitucional”. No entanto, acrescentou, “esse debate só pode ser iniciado lá fora depois de haver um entendimento cá dentro, nos Açores”.

Mudança política para obter melhores resultados sociais

O PSD/Açores considera “essencial que se verifique na nossa Região uma mudança de políticas porque só essa mudança poderá permitir que se alcancem melhores resultados económicos e sociais e a melhoria da qualidade de vida dos açorianos”. “Ao fim de quase duas décadas de governação, os Açores lideram hoje os índices de pobreza e somos a Região onde as desigualdades sociais são maiores”, lamentou o deputado social-democrata açoriano João Bruto da Costa defendendo que “só políticas diferentes poderão ajudar a mudar esta situação”.

Para o deputado do PSD/Açores, que falava num debate parlamentar sobre a situação económica e social nos Açores, o que se tem verificado ao longo dos últimos anos “é que o modelo de governação socialista não tem levado a uma diminuição do número de pobres nos Açores” tem levado, isso sim, “a que a pobreza passe de pais para filhos sem que nada mude”.

De acordo com João Bruto da Costa, “é, por isso, necessário um novo ciclo e uma mudança de políticas que permitam alcançar resultados diferentes daqueles que têm sido conseguidos pelo governo socialista”.

O deputado social-democrata açoriano lamentou ainda o aproveitamento pelo governo regional das medidas de apoio social para tentar obter benefícios políticos para o Partido Socialista, criticando o presidente do governo por ser recorrente em passar a ideia de que os apoios sociais constituem um favor, nomeadamente os programas sociais de emprego como o caso do Recuperar.

Para o parlamentar do PSD/Açores é uma vergonha passar-se a ideia de que os beneficiários daquele programa devem agradecer ao Governo terem uma ocupação quando essa necessidade resulta de uma crise e do desemprego provocado pelas políticas erradas do PS nos Açores e que em parceria com o governo de José Sócrates conduziram Portugal a uma situação de bancarrota.



Povo Livre

Número 620 • 23 DE JULHO DE 1986 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Nova medida inovadora tomada pelo Governo

INSTITUÍDO O MECENATO CULTURAL

O Governo aprovou, no passado dia 17, o diploma que institui em Portugal o «mecenato cultural», através do qual as contribuições de empresas ou indivíduos para fins de manifesto interesse cultural para as comunidades locais, regionais ou nacionais, passam a beneficiar de incentivos fiscais no âmbito da Contribuição Industrial, Imposto Complementar, Contribuição Predial e Imposto sobre Indústria Agrícola.

Facilitado o emprego aos deficientes

O programa do X Governo Constitucional prevê a utilização do sistema de

Segurança Social como instrumento adequado à mobilidade e criação de postos de trabalho.

É por outro lado conhecido que há camadas sociais que têm mais dificuldades em encontrar emprego do que outras. Estão naqueles casos os jovens e os deficientes. Importa, por isso, na busca de uma maior justiça social encontrar estímulos que facilitem a integração desses cidadãos no mundo do trabalho.

Com este objectivo foi já publicado um Decreto-Lei que visa incentivar a criação de postos de trabalho para os jovens em situação de primeiro emprego.

Idêntica medida. No sen-

tido de facilitar a criação de postos de trabalho para as pessoas deficientes com capacidade para o exercício efectivo de uma profissão é agora assumida.

Neste sentido, foi aprovado um diploma que prevê a redução para cerca de metade da carga contributiva das entidades empregadoras para a Segurança Social e o Fundo de Desemprego, agora unificada, em função dos trabalhadores deficientes contratados, por tempo indeterminado.

Na mesma linha de preocupações com os cidadãos deficientes o Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao artigo 13º do Código do IVA, isentando deste imposto as importa-

ções de automóveis ligeiros de passageiros para uso próprio, por deficientes civis ou militares.

Apoiar as populações em situação de emergência

Tem-se verificado que situações de catástrofe ou calamidade pública, impõem normalmente acções necessárias e urgentes de socorro e assistência.

A experiência recolhida ensina que a urgência, indispensabilidade e eficácia de tais acções requerem que a cobertura dos encargos que geram seja previamente assegurada, evitando-se, deste modo, que a sua execução seja retardada pelo processamento normal da atribuição de meios financeiros indispensáveis.

Nesta medida o Governo decidiu criar no Serviço Nacional de Protecção Ci-

vil uma «Conta Especial de Emergência» com carácter permanente e de rápida gestão, que permita fazer face logo a partir dos primeiros dias de emergência, às indispensáveis medidas de socorro e assistência a populações que venham a ser atingidas pelas catástrofes ou calamidades públicas.

Regulamentado o exercício da actividade privada de segurança

Constitui tarefa fundamental do Estado assegurar o exercício dos direitos e liberdades fundamentais e garantir a segurança de pessoas e bens.

No entanto, entre nós, como sucede na generalidade dos países, actuam inúmeras sociedades e associações que têm por finalidade estatutária a presta-

ção de serviços pessoais de segurança e de vigilância na área industrial, comercial e de transportes de valores, bem como a comercialização, instalação e assistência técnica de equipamentos técnicos de segurança em residências e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços.

Não se pode porém consentir por mais tempo que tais empresas actuem sem obediência a um estatuto específico que as torne colaborantes das forças de segurança pública, em posição de subsidiariedade e agindo segundo parâmetros de legalidade e de estrita responsabilidade.

Por isso, o Governo aprovou um Decreto-Lei que condiciona e regula o exercício da actividade privada de segurança, conferindo-lhe um carácter subsidiário em relação às forças e serviços de segurança pública e acautelando a credibilidade e eficácia das respectivas acções.

PSD VENCE ELEIÇÕES NO CONCELHO DE CANTANHEDE

Realizaram-se, no passado domingo, eleições autárquicas em 5 freguesias do concelho de Cantanhede.

Os resultados foram os seguintes:

Freguesia de Febres: PSD (1244), PS (101), APU (15).

Freguesia de Cantanhede: PSD (691), PS (432), APU (122).

Freguesia de Corticeiro: PSD (362), PS (141), APU (6).

Freguesia de São Caetano: PSD (434), alternativa democrática com o apoio PS (233), APU (2).

Freguesia de Vilamar: independentes com o apoio PSD (475), APU (10).

As execuções políticas em Bissau

PSD LAMENTA AUSÊNCIA DE CLEMÊNCIA

O PSD não pode deixar de fazer a mais viva condenação formal das execuções que tiveram lugar em Bissau.

O PSD lamenta que o sr. Presidente da República da Guiné-Bissau não tenha ouvido os pedidos de clemência que lhe foram dirigidos, nomeadamente, pelo PSD e pelo Governo Português.

O PSD, Partido humanista, afirma-se inequivocamente pelo respeito dos Direitos fundamentais do Homem, do da Vida Humana não pode o Direito dos Homens decidir.



Assinalando o aniversário natalício do Prof. Cavaco Silva decorreu na passada semana na sede nacional do PSD uma confraternização dos trabalhadores-militantes com o líder do Partido, que se encontrava acompanhado da esposa. Foram momentos de fraterna e informal convivência, em que não faltaram o tradicional bolo de anos e o coro dos «parabéns a você».



Portugal global

Jaime Quesado (*)

Portugal foi pioneiro na Globalização. Nunca como agora foi tão importante valorizar o papel dos Líderes e Gestores Portugueses espalhados pelo mundo para mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional. Numa época de crise complexa, esta Nova Aposta é um sinal de confiança na Competitividade Portuguesa e na capacidade muito concreta de se alterar numa vez por todas o Modelo de Desenvolvimento Económico para o futuro. O futuro de Portugal faz-se com os Portugueses e é essa a mensagem central que importa deixar nestes tempos de crise. Este Novo Capital é um desafio que temos que saber agarrar. São estas as Novas Rotas de Portugal!

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma "economia interna" de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum "crescimento artificial" baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro.

Portugal precisa efectivamente de potenciar Iniciativas como o Conselho da Diáspora, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos "Pólos de Competitividade" em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de "redes activas" de comercialização das competências existentes para captação de "IDE de Inovação".

O Investimento Directo Estrangeiro desempenha neste contexto um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do "IDE de Inovação" associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por "redes activas" de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes e outros "stakeholders".

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AVEIRO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 no Pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos
1 – Dar parecer nos termos da alínea f), do nº 2, do artigo 39º dos Estatutos do PSD, de acordo com a metodologia definida pela Comissão Política Nacional, sobre a candidatura "Portugal à Frente", da coligação PSD/CDS, pelo círculo de Aveiro, às Eleições Legislativas de 2015, nomeadamente sobre os critérios aprovados por aquele órgão do PSD

BEJA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Beja para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na Sede Distrital, sita à Praça da República, com a seguinte

Ordem de trabalho:
1 - Dar parecer sobre as candidaturas á Assembleia da República nos termos do artigo 39º. alínea f).

BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Braga para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30 no Hotel Mercure (Turismo), sito na Praceta João XXI, com a seguinte Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política
2 - Parecer sobre candidaturas à Assembleia da República, nos termos da alínea f), do nº 2 do artigo 39º dos Estatutos do PSD.
3 - Outros assuntos.

BRAGANÇA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Bragança para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos
Ponto único – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República

CASTELO BRANCO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Instituto Português da Juventude e Desporto, com a seguinte

Ordem de trabalhos
1 - Informações
2 – Definição e aprovação do perfil do candidato a Deputado

COIMBRA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30 na Casa Municipal da Cultura de Coimbra, sita na Rua Pedro Monteiro, s/n, com a seguinte

Ordem de trabalhos
1 – Informações
2 – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República nos termos do Artº 39, nº 2, alínea. f)

3 – Análise da situação política

ÉVORA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir, em sessão extraordinária, conforme deliberação da Comissão Política Nacional no próximo dia 16 de Julho de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00 na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

Ordem de trabalhos
1 – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos do Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos
3 – Análise da situação política

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, no auditório do IPDJ, sito na Rua da PSP, em Faro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:
1 - Análise da situação política
2 - Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República segundo a alínea f), ponto 2 do artigo 39.º dos Estatutos, segundo deliberação da CPN.
3 - Aprovação do perfil regional dos candidatos do PSD do Algarve à Assembleia da República
4 - Outros assuntos

GUARDA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Guarda, para reunir, no próximo dia 17 de Julho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, no Hotel Vanguarda, com a seguinte,

Ordem de trabalhos
1 – Informações e análise da situação política actual
2 – Critérios de escolha dos candidatos a Deputados

LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015 (sexta-feira),

Convocações

pelas 21h30, na sede Distrital, sita na Av. José Jardim, nº 32, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 1 - Informações
 2 - Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos da alínea f), nº 2 do Art.º 39 dos Estatutos do PSD;
 3 - Análise da situação política

LISBOA – AML / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML – Lisboa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Sana Lisboa, sito na Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 8, - Lisboa, com a seguinte
 Ordem de Trabalhos
 Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República

LISBOA - ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste - Lisboa, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30 na sede do PSD de Alenquer, sita na Rua Gago Coutinho, nº 36 r/c Esq. - Alenquer, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 1 - Análise da situação política
 2 - Parecer sobre candidaturas à Assembleia da República, nos termos da alínea f), do nº 2 do artigo 39º dos Estatutos do PSD.
 3 - Outros assuntos.

PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 na sede Distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 Ponto único – Nos termos do Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos – “Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República”

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30 no Hotel Ipanema Park Hotel, sito na Rua de Serralves, 124, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 1 – Informações gerais
 2 – Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD.
 3 – Análise da situação política

SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente o seu artigo 39.º nº 2, alínea f), conforme deliberação da Comissão Política Nacional, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir em sessão

extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Santarém Hotel (sala Ribatejo), sito na Av. Madre Andaluz, com a seguinte
 Ordem de trabalho:
 Ponto único - Dar parecer sobre o perfil das candidaturas à Assembleia da República

SETÚBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 no No-votel, sito no Monte Belo, EN 10 - Setúbal, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 1 - Informações
 2 - Parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos do art. 39º, nº 2, alínea f),
 3 - Análise da situação político-partidária

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente o seu artigo 39.º nº 2, alínea f), conforme deliberação da Comissão Política Nacional, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Castelo Santiago da Barra, sito no Campo do Castelo da Cidade de Viana do Castelo, com a seguinte:
 Ordem de trabalhos
 Ponto único – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, nas eleições Legislativas de 2015

VILA REAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente o seu artigo 39.º nº 2, alínea f), conforme deliberação da Comissão Política Nacional, convoca-se a Assembleia Distrital de Vila Real, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 16 de Julho de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00 no Hotel Miracorgo, - Vila Real, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 Ponto único – Aprovação do perfil dos candidatos a Deputados

UIXEU / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Uíxéu, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 no Solar dos Peixotos, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 Ponto único – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República

ALMEIDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almeida, para reunir no próximo dia 04 de Agosto de 2015 (terça-feira), pelas 18h00, na sede, sita na Rua do Comércio – Vilar Formoso, com a seguinte,

Ordem de trabalhos
 1 – Tomada de posse dos órgãos eleitos
 2 – Outros assuntos

BENEDITA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Julho de 2015 (sexta-feira) pelas 21h30, na Urbanização Pôr do Sol, Lote 1, Loja 2, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 1 – Análise da situação política
 2 – Outros assuntos

NÚCLEO OCIDENTAL / PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto para reunir, no próximo dia 22 de Julho de 2015 (quarta-feira) pelas 21h30, na sede Distrital do Porto, com a seguinte
 Ordem de trabalhos
 1 – Informações
 2 – Análise da situação política (convidado Dr. Pedro Sampaio – mandatário para as eleições legislativas)

**PORTIMÃO
ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 20 de Julho de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, na Casa Manuel Teixeira Gomes - Portimão, com a seguinte:
 Ordem de Trabalhos
 1 – Análise da situação política-partidária – Alínea a) do n.º 2 dos Estatutos
 2 – Ratificação das candidaturas para as Listas à Assembleia da República do Círculo Eleitoral de Faro da Coligação “Portugal à Frente” que integra o PSD, votadas e propostas pela Comissão Política de Secção de Portimão, conforme o previsto na alínea c) do n.º 2 do art.º 43.º dos Estatutos.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Seção de Santarém, para reunir, no próximo dia 24 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00 na Sede, sita na Calçada de Mem Ramires, nº 10, com a seguinte:
 Ordem de trabalhos
 1 – Análise da situação política
 2 – Legislativas 2015

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Seção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Julho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30 na Sala Dr. Orlando Taipa, da sede, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte:
 Ordem de trabalhos
 1 – Informações
 2 – Análise da situação política

CALENDÁRIO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS

Designação da tarefa	Contagem	Data	Dia	Fundamento estatutário
A CPN reúne para aprovar os critérios para a elaboração das listas à Ass. República		10/07/2015	Sexta	Artº 21º, nº2 - j)
Conselho Nacional aprova as linhas gerais do Programa Eleitoral		10/07/2015	Sexta	Artº 18º, nº 2 - f)
As Assembleias Distritais reúnem para darem parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República (1)		17/07/2015	Sexta	Artº 39º, nº2 - f)
Reuniões das Comissões Políticas de Secção, para darem parecer sobre os candidatos à Assembleia da República		20/07/2015	Segunda	Artº 56º, nº 2 - e)
As Comissões Políticas Regionais e Distritais propõem à Comissão Política Nacional candidaturas à Assembleia da República, ouvidas as Assembleias Regionais, Distritais e as Secções		24/07/2015	Sexta	Artº 43º, nº2 - c)
A Comissão Política Nacional e o Conselho Nacional, aprovam as listas de candidatura à Assembleia da República		30/07/2015	Quinta	Artº 21º, nº2 - b)

(1) As Comissões Políticas Regionais dos Açores e Madeira seguirão o estabelecido nos respetivos estatutos



**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR
GONDOMAR**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o plenário da concelhia de Gondomar da JSD, para o dia 21 de julho de 2015, pelas 21h30min, na Sede do PSD de Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições Legislativas 2015;
- 2 – Análise da situação política local, distrital e nacional.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Esposende, para reunirem no dia 14 de Agosto de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Esposende.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao

acto eleitoral.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Lousada, para reunirem no dia 15 de Agosto de 2015, pelas 15 horas, na Sede do PSD / Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Lousada.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 17 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR
ÍLHAVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário eleitoral Concelhia da JSD de Ílhavo para reunir no próximo dia 8 de Agosto de 2015 (Sábado), pelas 10 horas, na Sede Concelhia do PSD/Ílhavo, sita na Avenida 25 de Abril, Edifício Illiabum, Bloco A, 1.º Dt.º, Ílhavo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Ílhavo da JSD.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Concelho Distrital da JSD Aveiro ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede da JSD Distrital, sita na Rua Dom

Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 10h00m e 12 horas.

PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhia da JSD de Pinhel, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 5 de Setembro de 2015, entre as 20h30 e as 22h30, na Casa do Povo de Pinhel, sita na rua Machado do Santos nº4, 6400-406 Pinhel.

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhia.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhia ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Casa do Povo de Pinhel, sita na rua Machado do Santos nº4, 6400-406 Pinhel.

As urnas estarão abertas entre as 20h30 e as 22h30.

**ALTERAÇÃO
PÓVOA DE LANHOSO**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, informa-se que o plenário concelhio de Póvoa de Lanhoso do dia 17 de Julho de 2015, fica adiado por motivo de força maior, para o dia 31 de Julho de 2015 pelas 21:00h (sexta-feira), na sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva nº 1 4º Esq, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Um: Análise da situação política

Ponto Dois: Outros assuntos

